



CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Projeto de Lei nº 34 /2025, 21 de maio de 2025.

“RESERVA PRIORITARIAMENTE, VAGAS EM CRECHES PARA CRIANÇAS EM IDADE COMPATÍVEL, FILHAS (OS) DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DE NATUREZA FÍSICA E/OU SEXUAL”

Art. 1º Fica assegurada a **reserva prioritária de vagas** em creches e instituições de educação infantil da rede pública municipal para **crianças em idade compatível**, filhas ou filhos de **mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**, de natureza física e/ou sexual.

Art. 2º A prioridade de que trata esta Lei aplica-se às mulheres que, em razão da situação de violência, necessitem de apoio para garantir sua proteção, autonomia e inserção ou permanência no mercado de trabalho.

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher aquela definida na **Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)**.

Art. 4º A comprovação da situação de violência poderá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

- I – Boletim de ocorrência policial;
- II – Medida protetiva de urgência expedida por autoridade judicial;
- III – Atestado ou relatório emitido por profissional da saúde ou da assistência social do município;
- IV – Declaração de acompanhamento por órgão ou entidade de atendimento à mulher em situação de violência.

Art. 5º A reserva prioritária de vagas será garantida independentemente do período de matrícula vigente, observando-se o interesse superior da criança e a urgência da situação.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pentecoste, 21 de maio de 2025

João Flávio Pessoa Braga -
JOÃO FLÁVIO PESSOA BRAGA
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar, no âmbito do município de **Pentecoste**, o direito à **reserva prioritária de vagas em creches e instituições de educação infantil** para crianças, em idade compatível, **filhas e filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**, de natureza física e/ou sexual.

A proposta está fundamentada nos princípios constitucionais da **dignidade da pessoa humana**, da **proteção integral da criança** (art. 227 da Constituição Federal) e no disposto na **Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha**, que estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

É notório que, em muitos casos, a dependência econômica e a ausência de uma rede de apoio impedem que mulheres em situação de violência rompam com o ciclo de agressão. Uma das maiores dificuldades enfrentadas por essas mulheres é a **falta de vagas em creches públicas**, o que inviabiliza sua inserção ou permanência no mercado de trabalho, além de prejudicar o cuidado adequado com seus filhos(as).

Ao garantir prioridade no acesso às creches, o Município oferece **apoio efetivo à proteção da mulher**, possibilitando sua reconstrução pessoal, emocional e profissional, ao mesmo tempo em que assegura o direito da criança ao atendimento educacional e à convivência social.

É importante destacar que a medida não cria novas despesas ao erário, apenas **estabelece um critério de prioridade no preenchimento de vagas já existentes**, respeitando a urgência e a vulnerabilidade social dessas famílias.

Diante da relevância social da matéria e da urgência em adotar mecanismos concretos de enfrentamento à violência doméstica, **solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei**.